Docusign Envelope ID: 202D37B1-88DC-4F7F-B284-977A2667E7C9

Selene Indústria Têxtil S/A

CNPJ/MF 47.254.545/0001-98

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as normas e os procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Mensagem da administração:** Apresentamos a Carta de Administração referente ao exercício social de 2024 da **Selene Indústria Têxtil S/A**. Este foi um período marcado por transformações significativas e desafios inerentes ao dinâmico mercado em que atuamos. Ao final, celebramos resultados positivos que refletem a resiliência e a capacidade de adaptação da nossa Companhia. **Mudanças Societárias e Sinergias Estratégicas:** Um marco importante em nossa trajetória durante o ano de 2024 foi a mudança em nosso quadro de acionistas e diretoria. Em 02 de setembro de 2024, a **Selene Indústria Têxtil S/A** passou a integrar o Grupo DeMillus. Esta união representa um passo estratégico fundamental, permitindo-nos alavancar sinergias entre as empresas e otimizar o aproveitamento do que cada companhia tem de melhor a oferecer. Acreditamos que essa integração fortalecerá nossa posição no mercado, impulsionando a inovação e a eficiência operacional. **Desempenho em 2024: Desafios e Resultados:** O ano de 2024 foi, sem dúvida, um período de desafios para o mercado em geral e, em particular, para o segmento têxtil brasileiro. A indústria têxtil e de confecção no Brasil enfrentou a forte concorrências da China e do Paraguai, que pressionaram os fabricantes locais com sua capacidade de produção em massa a preços competitivos. No entanto, o setor demonstrou resiliência, com empresas investindo em inovação, sustentabilidade e diversificação de mercados para se adaptar e crescer de forma sustentável. A Selene em 2024 efetuou investimentos em 67 novos Teares de última geração, 83 Máquinas de Costura para confecção e 9 Máquinas de tingimento para a unidade 2 em Tietê. Apesar das dificuldades de mercado, a **Selene Indústria Têxtil S/A** obteve resultados notáveis. Nosso faturamento Líquido registrou um crescimento de **10,45%** em relação ao ano anterior, demonstrando a força de nossas operações e a aceitação de nossos produtos nos pontos de venda. O lucro bruto também apresentou um acréscimo significativo de **15,43%**, refletindo a eficiência na gestão de custos e a valorização de nossa marca. **Perspectivas para 2025: Um Ano de Investimentos e Resultados:** O ano de 2025 se apresenta como um período desafiador, mas repleto de oportunidades para a **Selene Indústria Têxtil S/A**. Estamos com grandes investimentos planejados, focados na modernização de nossa infraestrutura, na otimização de nossos processos produtivos e no desenvolvimento de novas linhas de produtos que atendam às demandas emergentes do mercado. Nosso plano de negócios para 2025 está pautado na geração de caixa e na busca por resultados econômicos em níveis considerados alcançáveis pela Companhia, com foco na inovação e na expansão de nossa presença no mercado nacional. A integração com o Grupo DeMillus proporcionará um diferencial competitivo ainda maior, melhorando os aspectos operacionais, comerciais e fortalecendo nossa liderança no setor. Com a dedicação de nossa equipe e a solidez de nossa estratégia, a **Selene Indústria Têxtil S/A** continuará a trilhar um caminho de crescimento e prosperidade. Agradecemos a confiança e o apoio contínuo de nossos acionistas, que são parte fundamental de nosso sucesso.

Guilherme Colonna Rosman
Diretor Presidente

Cristiane Covatti
Superintendente de Adm. e Finanças

Balanço Patrimonial - Exercícios Findos em dezembro de 2024 e 2023 - apresentado em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023 (Reclassificado)	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023 (Reclassificado)
Ativo Circulante		**357.112**	**325.996**	**Passivo Circulante**		**59.475**	**42.011**
Caixas e Equivalentes de Caixa	5	144.123	145.666	Fornecedores	11	37.068	26.349
Contas a Receber	6	108.030	101.920	Empréstimos e Financiamentos	12	2.531	-
Estoques	7	97.815	73.282	Obrigações Trabalhistas e Sociais	15	9.783	8.654
Impostos a Recuperar	8	4.249	2.993	Impostos a Recolher	13	2.520	3.873
Outros Créditos		2.895	2.135	Dividendos a Pagar	18.d	385	2.254
Ativo não Circulante		**98.436**	**90.700**	Contas a Pagar	16	5.402	-
Realizável a Longo Prazo		**1.175**	**2.221**	Outras Contas a Pagar		1.786	881
Depósitos Judiciais	17	433	398	**Passivo não Circulante**		**19.051**	**4.283**
Impostos a Recuperar	8	371	1.823	Empréstimos e Financiamentos	12	3.153	-
Outros Créditos		371	-	Contas a Pagar	16	15.819	-
Imobilizado	9	96.655	87.830	Provisão para Contingências	17	53	110
Intangível	10	606	649	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	18.c	-	4.173
		97.261	**88.479**	Outras Contas a Pagar		26	-
				Patrimônio Líquido	18	**377.022**	**370.402**
				Capital Social		333.685	252.040
				Reservas de Capital		1.651	1.651
				Reserva de Lucros		41.686	116.711
Total do Ativo		**455.548**	**416.696**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**455.548**	**416.696**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em dezembro de 2024 e 2023 - apresentado em milhares de reais

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital: Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros: Reserva de Subvenção Governamental	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**50.000**	**4.173**	**1.820**	**202.040**	**10.000**	**16.160**	**284.193**
Integralização de Capital	202.040	-	-	(202.040)	-	-	-
Transferência de AFAC para Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	-	(4.173)	-	-	-	-	(4.173)
Realização de Reserva de Realização	-	-	(169)	-	-	-	(169)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	95.433	95.433
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	4.772	(4.772)	-
Constituição de Dividendos Obrigatório	-	-	-	-	-	(2.254)	(2.254)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	(2.628)	(2.628)
Constituição de Reserva Subvenção Governamental	-	-	-	81.642	-	(81.642)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**252.040**	**-**	**1.651**	**81.642**	**14.772**	**20.297**	**370.402**
Integralização de Capital	81.645	-	-	(81.642)	-	(3)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	27.299	27.299
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	1.365	(1.365)	-
Constituição de Dividendos Obrigatório	-	-	-	-	-	(385)	(385)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	(20.294)	(20.294)
Constituição de Reserva Subvenção Governamental	-	-	-	21.124	-	(21.124)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**333.685**	**-**	**1.651**	**21.124**	**16.137**	**4.425**	**377.022**

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em dezembro de 2024 e 2023
Resultado apresentado em milhares de reais - exceto o lucro líquido por ação

	Nota	2024	2023
Receita Operacional Líquida	19	**448.082**	**405.678**
Custo dos Produtos Vendidos	20	(303.625)	(280.535)
Lucro Bruto		**144.457**	**125.143**
Despesas Administrativas	21.b	(28.055)	(10.218)
Despesas com Vendas	21.a	(72.168)	(63.096)
Outras Receitas Operacionais	22	90.891	54.658
Outras Despesas Operacionais	22	(91.130)	(16.323)
Despesas Operacionais, Líquidas		**(100.462)**	**(34.979)**
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		**43.995**	**90.164**
Despesas Financeiras	23	(16.528)	(7.917)
Receitas Financeiras	23	19.080	18.156
Resultado Financeiro líquido		**2.552**	**10.239**
Lucro antes dos Impostos		**46.547**	**100.403**
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(19.248)	(4.970)
Lucro Líquido do Exercício		**27.299**	**95.433**
Média ponderada de número de ações		313.274	88.010
Lucro líquido básico e diluído por ação – R$		87,14	1.084,34

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em dezembro de 2024 e 2023 - Resultado abrangente apresentado em milhares de reais

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	**27.299**	**95.433**
Outros Resultados Abrangentes		
Realização de Mais Valia de Ativo Imobilizado	-	(169)
Resultado Abrangente do Exercício	**27.299**	**95.264**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em dezembro de 2024 e 2023 - Fluxo de Caixa apresentado em milhares de reais

	2024	2023
Atividade Operacional		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**46.547**	**100.403**
Ajustes dos itens que não afetam caixa:		
Depreciação e Amortização	19.283	16.824
Reversão de Provisão para Contingências	(57)	(361)
Provisão para Contas a Pagar	21.221	-
Reversão de Crédito de Liquidação Duvidosa	(320)	-
Variação Cambial e Atualização Monetária não Realizada	288	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(169)
Reversão de Provisão de Estoques	(56)	(68)
Lucro Ajustado	**86.906**	**116.629**
Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo		
Contas a Receber de Clientes	(5.790)	(4.900)
Estoques	(24.477)	9.997
Outros Créditos	(1.131)	4.208
Impostos a Recuperar	196	(901)
Depósito Judicial	(35)	67
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo		
Fornecedores	10.719	583
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(224)	587
Outras Contas a Pagar	931	(739)
Parcelamento de Impostos Federais	-	(2.093)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**67.095**	**123.438**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(19.249)	(4.970)
Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	**47.846**	**118.468**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(27.994)	(47.879)
Aquisição de Ativo Intangível	(71)	(179)
Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	-	153
Fluxo de Caixa Consumido pelas Atividades de Investimentos	**(28.065)**	**(47.905)**
Atividades de Financiamento		
Captações de Empréstimos	5.396	-
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	(4.173)	
Pagamento de Dividendos	(22.547)	(2.628)
Fluxo de Caixa Consumido pelas Atividades de Financiamentos	**(21.324)**	**(2.628)**
Aumento / (Diminuição) de Caixa e Equivalente de Caixa	**(1.543)**	**67.935**
No início do exercício	145.666	77.731
No final do exercício	144.123	145.666
Aumento / (Diminuição) de Caixa e Equivalente de Caixa	**(1.543)**	**67.935**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em dezembro de 2024 e 2023

Notas apresentadas em reais mil, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais: A Selene Indústria Têxtil S.A. ("Companhia" ou "Empresa") é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede administrativa na Cidade de Cerquilho, Estado de São Paulo, tem como atividades preponderantes: indústria e comércio de produtos têxteis como meias, confecção de roupas íntimas (cuecas e lingeries), modeladores, fitness e tecidos planos, bem como a importação e exportação de produtos. A Companhia está entre as maiores indústrias têxteis do Brasil, oferecendo produtos de qualidade sendo reconhecida nos mercados de tecidos planos e de confecções de meias, cuecas e lingerie. Os seus produtos são desenvolvidos com bases em tendências modernas, elaborados com qualidade e assim propiciando máximo conforto aos consumidores, tendo seus produtos reconhecidos como altamente confortáveis. **a. Principais Eventos de 2024: - I. Mudança no Quadro de Acionistas e Dirigentes:** Em 02 de setembro de 2024, a SELENE INDUSTRIA TEXTIL S/A ("Companhia") foi adquirida pela De Millus Indústria e Comércio S/A e sua subsidiária Bord Mil Participações Societárias Ltda em conjunto dos 100% das ações das sociedades Selene Indústria Têxtil S.A. ("Selene") e Gregório de Nadai Administração e Participações S.A., onde teve sua razão social alterada para DM Administração e Participações S.A. ("DMP"). A aquisição foi formalizada mediante o pagamento de R$ 556.662, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes. A De Millus adquiriu diretamente 40,80% das ações da empresa Selene e 85% das ações da empresa DMP detentora de 51,99% das ações da empresa Selene. Os dirigentes foram todos empossados na mesma data da aquisição, sendo Guilherme Colonna Rosman Diretor Presidente, Cristiane Covatti Diretora sem designação, Alexandre Teruo Oguri Diretor sem designação, José De Paula Dias Diretor sem Designação e Marcelo Bleffe Piovezan Diretor sem Designação. **b. Subsidiária:** A Companhia é subsidiária da DEMILLUS S.A. INDUSTRIA E COMÉRCIO que possui sede na Av. Lobo Júnior, 1.672, Penha Circular na Cidade do Rio de Janeiro – RJ. As demonstrações contábeis consolidadas serão preparadas e apresentadas pela DEMILLUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, de acordo com a NBC TG 36 – Demonstrações Consolidadas.

2. Base de Preparação - a. Declaração de Conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, de acordo com a legislação brasileira vigente, as quais compreendem as normas e os procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, conforme orientação técnica CTG 07. **b. Continuidade Operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. **c. Aprovação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 17 de julho de 2025. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis - a. Base de Mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.b. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia. **b. Uso de Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 Provisão para Perda de Créditos Esperados; • Nota explicativa nº 7 Provisão para Perdas dos Estoques; • Nota explicativa nº 17 Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas. **c. Reclassificação das demonstrações contábeis comparativas:** A Administração da Companhia com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou alguns processos sobre o seu encerramento contábil e concluiu por reclassificar de forma retrospectiva nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 para fins de comparação com os saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2023: Balanço patrimonial: • R$ 81.642 - reclassificação da reserva de subvenção governamental do grupo de Reserva de Capital para Reserva de Lucros no patrimônio líquido.

4. Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 foram as seguintes: **a) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 4.o - Reconhecimento de receita de vendas de produtos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **ii. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber com Partes Relacionadas e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. **iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **v. Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **vi. Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, empréstimos com parte relacionada e outras contas a pagar. **vii. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **viii. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **ix. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer ágio ou deságio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 12. **x. Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **xi. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação. Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário-CDBs e estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização. **c) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise individual dos valores a receber em atraso e adicionado o valor estimado de perda para os recebíveis em aberto, sendo um montante considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido dos gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção, com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de matérias-primas. A companhia adota a política de provisão para perdas de estoques obsoletos, conforme o quadro a seguir:

Item	Descrição	Provisão
Mudança de coleção que existem itens que serão descartados ou reaproveitados num menor Giro.	Matéria prima, embalagem e aviamentos.	Provisão de 100% do saldo pelo custo histórico do mês.
Produtos considerados de segunda qualidade.	Produtos acabados de segunda qualidade.	Valor líquido (Preço Praticado -impostos – custo – frete) calculado no mês.

e) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil do bem. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. A depreciação dos bens é calculada de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, conforme segue:

	Taxa Média.	Vida útil – Anos
Imóveis	4 %	25
Instalações	10%	10
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Móveis e Utensílios	10%	10
Ferramentas	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5
Veículos	20%	5

f) Intangível: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos na data de apresentação das demonstrações financeiras e ajustados de forma prospectiva caso seja apropriado. **g) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*"). **h) Provisões - Reconhecidas quando:** • A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança; e • São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. **i) Reconhecimento de receitas:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Em contrapartida reconhece no resultado os custos incorridos relacionados à venda que para refletir as circunstâncias do contrato. Abaixo, resumimos a natureza e outras considerações sobre o preço da transação e o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida para cada um dos principais fluxos de receita. **i. Vendas no Varejo:** A Companhia atua no mercado varejista através de relações comerciais com os principais clientes no seguimento de lojas físicas e online, que atende o público-alvo esperado. As receitas de vendas têm base no valor justo da contraprestação acordada entre as partes, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Essas receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e consumidor obtiver o controle desse produto. **j) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado com base nas movimentações financeiras. **k) Demonstração dos fluxos de caixa:** As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R3). **l) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. **i. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** O IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) de forma a melhorar as informações fornecidas por uma entidade quando o seu direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas. Em particular, as alterações visam esclarecer se tais cláusulas restritivas afetam se esse direito existe no final do período de reporte, se uma entidade for obrigada a cumprir essas cláusulas restritivas antes ou no final do período de reporte e exigir a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco de que os passivos possam ser antecipados dentro de doze meses após o período de reporte, incluindo o valor contábil e a natureza das cláusulas restritivas e quando a entidade é obrigada a cumpri-las e, fatos e circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode ter dificuldade em cumprir com tais cláusulas restritivas. As alterações são aplicáveis para períodos com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024. e não são esperadas que produzam efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, devido ao histórico cumprimento por parte da Companhia das cláusulas restritivas aplicáveis, bem como a consistência entre as políticas de classificação entre passivos circulantes e não circulantes aplicadas pela Companhia e os esclarecimentos estabelecidos pelas alterações. **ii. Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) Passivos de arrendamento e retroarrendamento:** O IASB modificou as alterações emitidas ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para adicionar requisitos de mensuração subsequente para transações de venda e retroarrendamento que satisfaçam os requisitos do IFRS 15 (CPC 47) para serem contabilizadas como uma venda. As alterações exigem que um vendedor-arrendatário subsequentemente mensure os passivos de arrendamento decorrentes de uma relocação de forma que não reconheça qualquer valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém. As alterações são aplicáveis para períodos com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e não produziram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. **iii. Alterações ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)) Acordos de financiamento de fornecedores "risco sacado":** O IASB emitiu as alterações às IFRS 7 e IAS 7 de forma a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. Essas divulgações adicionais requeridas incluirão: (a) os termos e as condições dos acordos (por exemplo, prazos de pagamento estendidos e cauções ou garantias fornecidas); (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento tanto dos passivos financeiros divulgados de acordo com (i), como das contas a pagar a fornecedores comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros. As alterações são aplicáveis para períodos com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e não produziram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. **m) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2025:** As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor. **i. CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. Vigência para 01/01/2025. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração. **n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido;** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado. **o) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício, e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **p) Reforma Tributária:** A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma reforma tributária significativa no Brasil, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Essas novas cobranças substituirão tributos sobre o consumo como PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e sua implementação ocorrerá de forma gradual. Embora a lei tenha sido promulgada após o fechamento do exercício social de 31 de dezembro de 2024, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas exigem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia. A companhia está avaliando os principais impactos potenciais nas operações e demonstrações financeiras, incluem: • Revisão de Preços e Margens: A nova estrutura tributária pode exigir ajustes na política de preços e afetar as margens de lucro. • Fluxo de Caixa: Mudanças nas regras de apuração e recolhimento dos tributos podem impactar o fluxo de caixa, demandando ajustes no planejamento financeiro. • Sistemas e Processos Internos: Será necessária a adaptação de sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais, o que pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento. • Contratos e Acordos Comerciais: Contratos de fornecimento e vendas podem precisar ser revisados para incorporar as novas disposições tributárias. • Análise de Créditos Tributários: Haverá a necessidade de analisar e gerir créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, além de compreender as novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS. • Lucro Líquido e Patrimônio Líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais poderão, em última instância, impactar o lucro líquido e o patrimônio líquido da Companhia. A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma mudança estrutural no sistema tributário brasileiro, e a Companhia está comprometida em garantir uma transição suave, mitigar impactos adversos e aproveitar as oportunidades que possam surgir. Maiores detalhes e estimativas mais precisas serão divulgadas em notas explicativas futuras

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024	2023
Caixa	181	92
Banco conta movimento	294	320
Aplicações financeiras	143.648	145.254
	144.123	**145.666**

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas em fundos e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, insignificante risco de mudança de valor e, por fim, remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de rendimento em caso de resgate antecipado. As aplicações são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% indo até 103,50% do CDI. Os recursos são utilizados na gestão de caixa da Companhia. As aplicações financeiras estão distribuídas na seguinte maneira:

Fundo de Investimento:	2024	2023
Aplicação Financeira	8.935	10.669
Fundo de Investimento DI	40.986	134.585
Fundo de Investimento FIC	93.727	-
	143.648	**145.254**

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), remunerados à taxa média de 103,50% em 2024 (103,50% em 2023) da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem modificação substancial de seus valores.

6. Contas a Receber - a. Composição Contábil

	2024	2023
Contas a receber de clientes	110.458	104.970
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 24)	302	-
	110.760	**104.970**
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	(2.730)	(3.050)
	108.030	**101.920**

b. Títulos a receber por vencimento:	2024	2023
A Vencer	104.905	100.297
Vencidos:		
01 a 30 dias	2.500	1.311
31 a 60 dias	184	259
61 a 90 dias	159	137
91 a 180 dias	453	206
181 a 360 dias	311	537
Mais de 361 dias	2.248	2.223
	110.760	**104.970**

A Companhia monitora as contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2024 e 2023, composto basicamente pela totalidade dos valores acima de 180 dias de atraso, exceto títulos com partes relacionadas e clientes com negociação, acrescido de provisão para saldos a vencer de clientes que possuem inadimplência e, para os quais a Companhia entende serem de difícil realização. A movimentação do saldo de provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.445)**
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 22)	(3.286)
Baixa de provisão (Nota 22)	1.681
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(3.050)**
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 22)	(1.029)
Baixa de provisão (Nota 22)	1.349
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.730)**

7. Estoques

	2024	2023
Estoque de produtos acabados	53.027	34.834
Estoque de produtos em elaboração	18.682	15.779
Estoque de matéria prima	12.605	11.727
Estoque de embalagem	2.294	1.922
Almoxarifado e outros	10.664	8.887
Adiantamento de importação	647	293
	97.919	**73.442**
Provisão para perda de estoque	(104)	(160)
	97.815	**73.282**

A movimentação da provisão para perda de estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(92)**
Constituição de provisão para perda de Estoque (Nota 22)	(1.868)
Baixa de provisão (Nota 22)	1.800
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(160)**
Constituição de provisão para perda de Estoque (Nota 22)	(27.074)
Baixa de provisão (Nota 22)	27.130
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(104)**

8. Impostos a Recuperar

	2024	2023
IPI	461	436
CSLL	620	860
IRPJ	2.082	1.841
COFINS	778	1.123
ICMS	417	312
PIS	169	244
Outros	93	-
	4.620	**4.816**
Circulante	**4.249**	**2.993**
Não Circulante	**371**	**1.823**

9. Imobilizado - a. Composição Contábil

	Custo	Depreciação	Saldo Líquido 2024	Saldo Líquido 2023
Terreno	292	-	292	292
Imóveis	17.167	(5.321)	11.846	11.336
Imóveis Reavaliados	1.651	-	1.651	1.651
Máquinas e equipamentos	182.648	(123.180)	59.468	46.649
Móveis e utensílios	5.069	(3.643)	1.426	1.035
Computadores e periféricos	4.097	(2.680)	1.417	1.486
Veículos	1.708	(1.198)	510	736
Ferramentas	277	(238)	39	30
Adiantamento de importação **(i)**	5.060	-	5.060	9.857
Obras em andamento **(ii)**	14.946	-	14.946	14.758
	232.915	**(136.260)**	**96.655**	**87.830**

b. Movimentação do Imobilizado

Custo	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Terreno	292	-	-	-	292	-	-	-	292
Imóveis	7.018	8.641	-	-	15.659	1.508	-	-	17.167
Terrenos Reavaliados	1.819	-	(168)	-	1.651	-	-	-	1.651
Máquinas e equipamentos	126.325	26.128	-	-	152.453	7.706	(18)	22.507	182.648
Móveis e utensílios	4.166	340	-	-	4.506	563	-	-	5.069
Computadores e periféricos	3.072	720	-	-	3.792	305	-	-	4.097
Veículos	1.264	444	-	-	1.708	-	-	-	1.708
Ferramentas	254	9	-	-	263	14	-	-	277
Adiantamento de Importação **(i)**	-	9.857	-	-	9.857	17.710	-	(22.507)	5.060
Obras em andamento **(ii)**	13.099	1.659	-	-	14.758	188	-	-	14.946
Total Custo	**157.309**	**47.798**	**(168)**	**-**	**204.939**	**27.994**	**(18)**	**-**	**232.915**
Depreciação acumulada									
Imóveis	(3.745)	(578)	-	-	(4.323)	(998)	-	-	(5.321)
Máquinas e equipamentos	(90.478)	(15.326)	-	-	(105.804)	(17.394)	18	-	(123.180)
Móveis e utensílios	(3.340)	(131)	-	-	(3.471)	(172)	-	-	(3.643)
Computadores e periféricos	(1.940)	(366)	-	-	(2.306)	(374)	-	-	(2.680)
Veículos	(746)	(226)	-	-	(972)	(226)	-	-	(1.198)
Ferramentas	(228)	(5)	-	-	(233)	(5)	-	-	(238)
Total depreciação acumulada	**(100.477)**	**(16.632)**	**-**	**-**	**(117.109)**	**(19.169)**	**18**	**-**	**(136.260)**
Imobilizado líquido	**56.832**	**31.166**	**(168)**	**-**	**87.830**	**8.825**	**-**	**-**	**96.655**

(i) Os valores registrados na rubrica de adiantamentos de importação referem-se à pagamentos antecipados realizados no exercício 2024, vinculados à aquisição de máquinas e equipamentos industriais destinados à modernização e ampliação da capacidade produtiva da companhia. O processo de importações foi concretizado e os bens respectivos foram recebidos no primeiro semestre de 2025, sendo os ativos reconhecidos no imobilizado conforme os critérios do CPC 27 – Ativo Imobilizado, no momento de sua efetiva entrada no país e início do processo de instalação. **(ii)** A conta de obras em andamento contempla os investimentos realizados na construção e infraestrutura da ampliação da unidade operacional localizada no município de Tietê – SP. A unidade, que teve sua regularização formal concluída no primeiro semestre de 2025. Tais montantes estão sendo capitalizados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo reclassificados para o ativo imobilizado tão logo os ativos estejam prontos para uso.

10. Intangível - a. Composição Contábil

	Custo	Amortização	Saldo Líquido 2024	Saldo Líquido 2023
Direito de uso de Software	1.900	(1.333)	567	610
Direito de uso Telefônico	39	-	39	39
	1.939	**(1.333)**	**606**	**649**

b. Movimentação do Intangível

Custo	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Direito de uso de Software	1.829	71	-	-	1.900
Direito de uso Telefônico	39	-	-	-	39
Total Custo	**1.868**	**71**	**-**	**-**	**1.939**
Amortização acumulada					
Direito de uso de Software	(1.219)	(114)	-	-	(1.333)
Total amortização acumulada	**(1.219)**	**(114)**	**-**	**-**	**(1.333)**
Intangível Líquido	**649**	**(43)**	**-**	**-**	**606**

11. Fornecedores - a. Composição Contábil

	2024	2023
Fornecedores Nacionais a Pagar	36.674	26.349
Contas a pagar partes relacionadas (Nota 24)	394	-
	37.068	**26.349**

b. Títulos a pagar por vencimento:	2024	2023
A Vencer:		
A vencer até 30 dias	21.811	16.060
A vencer entre 31 e 60 dias	13.679	8.501
A vencer entre 61 e 120 dias	1.406	1.073
A vencer entre 121 e 180 dias	172	315
A vencer acima de 181 dias	-	400
	37.068	**26.349**

12. Empréstimos e Financiamentos - a. Composição Contábil

	2024	2023
Empréstimos	5.396	-
(+) Juros	251	-
(+) Variação Monetária e Cambiais	37	-
	5.684	**-**
Passivo Circulante	**2.531**	**-**
Passivo Não Circulante	**3.153**	**-**

b. Detalhamento da Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**
Captação	5.396
Provisão de Juros e Comissões	251
Amortizações	-
Pagamento de Juros e Comissões	-
Variação Monetária e Cambiais	37
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.684**

c. Composição Empréstimos e Financiamentos

Instituição Financeira	Início	Vencimento	Principal EUR	Principal BRL	Tipo	Taxa a.a.	2024	2023
Itaú Unibanco SA	03/10/2024	23/09/2026	780	4.769	FINIMP	3,59%	664	-
Itaú Unibanco SA	26/11/2024	2026	16/11/ 103	627	FINIMP	3,53%	5.020	-
Total			**883**	**5.396**			**5.684**	**-**

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por carta fiança emitidas pelo banco Itaú Unibanco S.A no valor contábil de R$ 5.684 e pelos bens do ativo imobilizado classificados como imobilizado em andamento. As operações de empréstimos e financiamentos contratadas não possuem cláusulas restritivas ("covenants").

13. Impostos a Recolher

	2024	2023
COFINS	1.140	1.328
PIS	245	285
ICMS	466	1.809
Outros	669	451
	2.520	**3.873**

14. Imposto de Renda e Contribuição Social - Tributo sobre o lucro corrente: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram computados com base na legislação fiscal em vigor, utilizando as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme a seguir:

	2024	2023
Lucro antes da Tributação	**46.547**	**100.403**
Ajuste para obtenção de alíquota efetiva:		
Adições Temporárias		
Provisões de Contas a Pagar	21.221	-
Demais Provisões	17.974	13.141
Provisão para Perda de Estoque	-	67
Adições Permanentes	237	422
Exclusões Temporárias		
Reversão Provisão para Perda de Estoque	(56)	-
Reversão Demais Provisões	(17.558)	(12.005)
Exclusões Permanentes		
Receita de Subvenção	(4.071)	(81.642)
Lei do Bem 11.196/05	(1.918)	(2.158)
Demais Exclusões	(4.674)	(3.276)
Base do Lucro fiscal	**57.702**	**14.952**
	2024	**2023**
Alíquota de 15% (IRPJ) e 9% (CSLL)	8.656	2.243
Adicional de 10% (IRPJ)	5.745	1.471
Compensação PAT	(346)	(90)
Contribuição Social 9%	5.193	1.346
IRPJ e CSLL resultado do exercício	**19.248**	**4.970**
Alíquota Efetiva	**41,35%**	**4,9%**

15. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2024	2023
Salários a pagar	2.590	2.618
Contribuições Sociais a Recolher	2.363	2.094
FGTS a Recolher	777	665
Férias e encargos a pagar	3.036	2.081
Participação nos Lucros e Resultados	485	737
Outras Obrigações a pagar	532	459
	9.783	**8.654**

16. Contas a Pagar

	2024	2023
Contas a pagar com Conta Escrow e Assessores **(i)**	21.221	-
	21.221	**-**
Passivo Circulante	**5.402**	**-**
Passivo Não Circulante	**15.819**	**-**

(i) A Obrigação refere-se ao pagamento do seguro fiança trimestralmente junto ao banco BTG e os assessores financeiros que serão pagos a cada vencimento do aniversário do contrato de compra e venda. **17. Provisão para Contingências:** Com base na avaliação de risco de seus assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas, constituíram provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas para fazer face ao risco provável identificado nos processos contenciosos, como segue a seguir. Para determinados processos, foram realizados depósitos judiciais vinculados, os quais não eliminam a necessidade de constituição da provisão contábil correspondente, conforme os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes.

Contingências	2024 Provisão	2024 Depósito judicial	2023 Provisão	2023 Depósito judicial
Tributária **(i)**	-	367	-	367
Trabalhista	53	66	110	31
	53	**433**	**110**	**398**

(i) A Companhia realiza quando necessário os depósitos judiciais referentes às ações judiciais tributárias. Tais Depósitos visam resguardar a Companhia enquanto tramitam as discussões judiciais sobre temas tributários, sendo compostos por dois processos no montante de R$ 134 e R$ 233 dos valores dos depósitos judiciais, e de R$ 341 e R$ 233, respectivamente, dos valores atualizados das causas. Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia e, portanto, não provisionados, montam R$ 1.037 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.276 em 2023), divididos da seguinte forma:

Tipo de ação	2024 Valor	2024 Quantidade de ações	2023 Valor	2023 Quantidade de ações
Trabalhista **(i)**	1.037	6	1.276	4
	1.037	**6**	**1.276**	**4**

(i) As causas trabalhistas, representam ações em andamento, com valores de causa pulverizados. **18. Patrimônio Líquido - a. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R$ 333.685 (R$ 252.040 em 2023) representado por 333.685.000 ações nominativas, sendo 333.685.000 ações, sem valor nominal. A Companhia. em 16 de abril de 2024, autorizou o aumento de capital social em R$ 81.645, capitalizados por meio da integralização da reserva de incentivos fiscais, no valor de R$ 81.642 e R$ 3 advindo da reserva de lucro. O capital social está distribuído da seguinte forma:

	Ações Ordinárias 2024	Ações Ordinárias 2023
DM Administração e Participações S/A	173.515.936	131.060.601
De Millus Indústria e Comércio S/A	136.143.744	-
Bord Mil Participações Societárias Ltda.	24.025.320	-
Solange Maria De Nadai Figueira	-	20.163.201
Sueli Maria De Nadai Elias	-	20.163.201
Sônia Maria De Nadai	-	20.163.200
Marcia Maria De Nadai Grando	-	.163.200
Adriana Aparecida De Nadai Corradi Mazzer	-	20.163.200
Ingrid Caroline De Nadai Marques Martins	-	6.719.386
Arthur Antônio De Nadai Marques	-	6.719.386
Ivan Antônio Marques	-	6.724.427
Gregorio De Nadai Filho	-	198
	333.685.000	**252.040.000**

b. Reserva Legal: Refere-se a 5% do lucro líquido do exercício limitado à 20% do capital social, constituída nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76. **c. Transferência AFAC para Juros de Capital Próprio a Pagar:** No exercício de 2023, foi aprovada pelo Conselho da Administração a reclassificação do saldo contido no grupo de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) no patrimônio líquido, para o grupo de juros sobre capital próprio no passivo não circulante no montante de R$ 4.173 mil. **d. Reservas de Lucros:** Corresponde ao saldo remanescente de lucro, visando, principalmente atender aos investimentos e ao reforço do capital circulante, bem como para futuro aumento de capital. **e. Dividendos Mínimos Obrigatórios:** Conforme artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, dos lucros apurados ao final de cada exercício, depois de compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores e constituída a provisão para imposto de renda e contribuição social, serão retirados: (a) 5% para reserva legal até que esta atinja o percentual previsto em lei; (b) as quantias necessárias à formação de reservas de contingências e de lucros a realizar, observadas as prescrições legais; (c) a parcela do lucro que tenha origem nos resultados apurados com base em incentivos fiscais estaduais; (d) o resultado positivo de variação cambial apurado na atualização de empréstimos com partes relacionadas; e (e) a parcela de reversão de provisão para contingências fiscais. Conforme previsto no estatuto os acionistas têm direito como dividendos 8% (oito por cento) dos lucros remanescentes após deduzidas as importâncias necessárias à compensação dos prejuízos de anos anteriores e a constituição das reservas mencionadas nos itens a e b e as exclusões das parcelas previstas nos itens c), d) e; e) do caput desse artigo. Durante o exercício de 2024, a Administração aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor bruto de R$ 20.294 relativos ao exercício anteriores (R$ 2.628 em 2023). Para o exercício de 2024 e 2023 foram calculados os seguintes dividendos obrigatórios:

Descrição	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	**27.299**	**95.433**
(-) Juros sobre o capital próprio	-	-
(=) Base da reserva legal	**27.299**	**95.433**
(-) Reserva legal constituída no exercício 5%	(1.365)	(4.772)
(-) Subvenção de investimento do exercício	(21.124)	(81.642)
(=) Base do dividendo mínimo obrigatório (lucro ajustado)	**4.809**	**9.019**
Percentual do dividendo obrigatório 25%	8 %	25%
(=) Dividendos obrigatórios	**385**	**2.254**
(+) Dividendos adicionais aprovados para o exercício	20.294	2.628
Total Dividendos distribuídos	**20.679**	**4.882**

f. Reserva de Incentivos Fiscais: A Companhia beneficiou-se de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas internas de mercadorias de forma que carga tributária tenha resultado no percentual de 7% até maio de 2017. A partir de maio de 2017, em virtude de alteração na previsão legal, a Companhia beneficiou-se de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas internas de mercadorias de forma que carga tributária tenha resultado no percentual de 12% e de crédito outorgado neste mesmo percentual sobre o valor da referida saída. A Companhia apurou os valores usufruídos, por competência, para fins de recuperação tributária do IRPJ e CSLL, além do crédito outorgado de ICMS, conforme quadro a seguir:

Descrição	2024	2023
Subvenção Governamental	21.124	81.642
Total da subvenção Governamental	**21.124**	**81.642**

19. Receita Líquida

	2024	2023
Receita Bruta de Vendas		
Venda a Prazo	557.438	505.275
Venda a Vista	3.386	2.715
Venda a Parte Relacionada	2.109	-
	562.933	**507.990**
Deduções da Receita		
ICMS	(60.714)	(54.439)
COFINS	(37.073)	(33.102)
PIS	(8.048)	(7.187)
Devoluções	(9.016)	(7.584)
Total das Deduções	**(114.851)**	**(102.312)**
Receita Líquida de Vendas	**448.082**	**405.678**

DocuSigned by
A Tribuna Piracicabana
Assinado por: JORNAL A TRIBUNA PIRACICABANA LTDA:49398324000119
CPF: 74523015872
Data/Hora da Assinatura: 28/07/2025 12:36:21 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Piracicaba, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
FA3A5215AAF04E9...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa A Tribuna Piracicabana em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link http://publicidadelegal.atribunapiracicabana.com.br

Docusign Envelope ID: 202D37B1-88DC-4F7F-B284-977A2667E7C9

20. Custo dos Produtos	**2024**	**2023**
Matéria-prima	148.757	148.608
Custo de Pessoal	112.275	89.893
Utilidades (Energia, gás e água)	12.656	12.959
Gastos com Manutenção	6.188	4.742
Depreciação e Amortização	18.950	16.114
Combustíveis e Lubrificantes	3.416	3.104
Outros Custos	1.383	5.115
	303.625	**280.535**

21. Despesas Gerais - a. Despesas com vendas	**2024**	**2023**
Despesa com pessoal	9.849	7.290
Direito de uso **(i)**	21.486	16.460
Comissões de vendas	21.652	20.256
Fretes e carretos	12.176	11.725
Perda Com Títulos Incobráveis	489	128
Promoção de vendas	1.535	1.334
Catálogo de vendas	1.189	1.111
Outras despesas com vendas	3.792	4.792
	72.168	**63.096**

(i) O Direito de uso refere-se ao pagamento dos direitos autorias (copyright) para a Marca Puma, gerenciada pela empresa Stichd B.V.

b. Despesas administrativas	**2024**	**2023**
Despesa com pessoal	5.785	4.932
Serviços profissionais **(i)**	19.985	2.874
Honorários da diretoria (Nota 24)	369	478
Depreciação	454	482
Despesas com seguros	51	75
Impostos e taxas diversas	451	493
Outras despesas	960	884
	28.055	**10.218**

(i) Em 2024 representam substancialmente assessoria financeira da empresa Arsenal no valor de R$ 16.388 e jurídica do Pinheiro & Neto Advogados no valor de R$ 1.400.

22. Outras Despesas e Receitas Operacionais	**2024**	**2023**
Outras Receitas ou Créditos Operacionais		
Receita Subvenção Governamental Líquida	21.124	32.167
Ajuste de Inventário Líquido	-	1.158
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	1.349	1.681
Reversão de Perda de estoque (nota 7)	27.130	1.800
Reversão de Provisão a pagar com terceiros **(i)**	20.013	-
Reversão de Provisão de Comissões	7.928	-
Reversão de Provisão de Programa de incentivo	8.126	9.310
Reversão de Provisão de Contingências Trabalhistas	155	1.015
Demais Receitas Operacionais	5.066	7.527
	90.891	**54.658**
Outras Despesas Operacionais	**2024**	**2023**
Ajuste de Inventário Líquido	(274)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(1.029)	(3.286)
Provisão para Perda de Estoque (nota 7)	(27.074)	(1.868)
Provisão a pagar com terceiros **(i)**	(41.234)	-
Provisão de Comissões	(8.973)	-
Reversão de Provisão de Programa de incentivo	(7.874)	(9.201)
Provisão de Contingências Trabalhistas	(98)	(654)
COFINS sobre Demais Receitas Operacionais	(3.757)	(797)
PIS sobre Demais Receitas Operacionais	(780)	(136)
Demais Despesas Operacionais	(37)	(381)
	(91.130)	**(16.323)**
Outras Receitas/ Despesas Operacionais	**(239)**	**38.335**

(i) Conforme a nota explicativa n° 16, a obrigação refere-se ao pagamento do seguro fiança trimestralmente junto ao banco BTG e os assessores financeiros que serão pagos a cada vencimento do aniversário do contrato de compra e venda.

23. Resultado Financeiro	**2024**	**2023**
Receitas financeiras		
Juros ativos	658	807
Rendimento de aplicação financeira	15.652	15.243
Variação monetária ativa	999	1.387
Receita juros Selic	1.600	556
Outras receitas financeiras	171	163
	19.080	**18.156**
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(2.327)	(3.304)
Juros Sobre Capital Próprio	(5.277)	-
Variação monetária passiva	(1.428)	(1.559)
Despesas Com Fiança Bancária	(3.624)	-
Impostos Renda Operações Financeiras	(3.427)	(2.796)
Outras despesas financeiras	(445)	(258)
	(16.528)	**(7.917)**
Resultado Financeiro	**2.552**	**10.239**

24. Partes Relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são relativos a operações com partes relacionadas, bem como, as transações que influenciaram o resultado do exercício são relativas a operações de transações da Companhia com sua controladora diretas e empresas do mesmo grupo econômico e profissionais-chaves da Administração, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma: **a. Partes Relacionadas Identificadas:** • DeMillus S.A. Industria e Comércio; • Bord Mil Participações Societárias Ltda.; • De Millus Vendas Domiciliares Ltda.; • Texpar Têxtil da Paraíba S.A; • Texnor Têxtil do Nordeste S.A; • Dm Lingerie S.A; • Bord Tex Indústria de Confecções Ltda.; • Beleza e Você; • Savannah Holdings Internacional Ltda.; • Chantal Ind. Con Roupas S.A; • DM Participação S.A. **b. Partes Relacionadas Encerradas em 2024:** Durante o exercício de 2024, a Companhia manteve relação com os seguintes administradores, que deixaram seus cargos na data de 31 de agosto de 2024: • Solange Maria De Nadai Figueira; • Sueli Maria De Nadai Elias; • Sônia Maria De Nadai; • Marcia Maria De Nadai Grando; • Adriana Aparecida De Nadai Corradi Mazzer; • Ingrid Caroline De Nadai Marques Martins; • Arthur Antônio De Nadai Marques; • Ivan Antônio Marques; • Gregorio De Nadai Filho. **c. Transações Efetuadas:** No Balanço Patrimonial estão refletidos os seguintes valores com partes relacionadas:

Ativo Circulante	**2024**	**2023**
Contas a receber		
DeMillus S.A. Industria e Comércio (Nota 6)	302	-
	302	**-**
Passivo Circulante	**2024**	**2023**
Fornecedores		
DeMillus S.A. Industria e Comércio (Nota 11)	394	-
	394	**-**

Na Demonstração do Resultado do Exercício estão refletidos os seguintes valores com partes relacionadas:

Resultado	**2024**	**2023**
Receita Bruta		
DeMillus S.A. Industria e Comércio **(i)**	2.109	-
Custos		
DeMillus S.A. Industria e Comércio **(ii)**	(10.057)	-
Total Resultado	**(7.948)**	**-**

(i) Faturamento da controlada contra a controladora, incluído na conta de receita. **(ii)** Compras da controladora contra a controlada, incluído na conta de custos. **d. Remuneração do Pessoal Chave:** Os valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas (Nota 21). Durante o exercício de 2024, a Empresa registrou como despesas referente a remuneração dos Administradores total de R$ 369 (R$ 478 em 2023).

25. Seguros – (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Bens / Risco coberto	**2024**	**Vigência**
Prédios e conteúdo – Incêndio	332	27/07/2025
Veículos – Colisão e responsabilidade civil	17	24/05/2025
Seguro dos admin. responsabilidade civil	965	09/01/2025

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pela auditoria independente.

26. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros; entretanto, não efetua aplicação de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos. **a. Gerenciamento de risco financeiro:** Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são os riscos de crédito, liquidez, mercado, juros e cambial. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

Ativos Financeiros	**Mensuração**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	144.123	145.666
Contas a receber terceiros	Custo amortizado	110.458	104.970
Partes relacionadas: Contas a receber	Custo amortizado	302	-
Passivos financeiros	**Mensuração**		
Fornecedores nacionais	Custo amortizado	36.674	26.349
partes relacionadas: Fornecedores	Custo amortizado	394	-
Empréstimo e Financiamentos - (Circulante e Não Circulante)	Custo amortizado	5.684	-

O departamento de tesouraria e financeiro são responsáveis pela implementação da estratégia definida pela administração, estabelecendo e analisando a divulgação de posições financeiras, monitorando os riscos financeiros, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a exposição financeira. **b. Risco de crédito:** As políticas de crédito fixadas pela administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Ela, visando minimizar os riscos de crédito atrelados às instituições financeiras, procura também diversificar suas operações em instituições de primeira linha. **c. Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos com o objetivo de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez.

Risco de Liquidez	**2024**	**2023**
Total de ativo circulante	357.112	325.996
Total de passivo circulante	(59.475)	(42.011)
	297.637	**283.985**

Aumento no Capital Circulante Líquido em R$ 13.652 ou 4,81%, comparando os anos de 2024 versus 2023. **d. Risco cambial:** A Companhia realiza algumas transações em moeda diferente de sua moeda funcional, principalmente em Euro. Consequentemente surgem exposições às flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não se utiliza de instrumentos derivativos para administrar essas exposições, pois considera que a exposição líquida não é significativa.

		2024				
			Valor	**Alta**		**Baixa**
	Nota		**Contábil**	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Ativos e passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	12		(5.684)	(7.105)	(8.526)	(4.263)	(2.842)

27. Evento Subsequente - Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras - Introdução: A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31.12.2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia. **Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:** A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações futuras. **Impactos Potenciais nas Demonstrações Financeiras e Operações Futuras:** A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a: Revisão de Preços e Margens: A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos. **Fluxo de Caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro. **Sistemas e Processos Internos:** A Companhia precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal. **Contratos e Acordos Comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos. **Análise de Créditos Tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS. **Impacto no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e, consequentemente, seu patrimônio líquido. **Medidas Adotadas e Próximos Passos:** A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avaliando detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de: Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada linha de negócio e produto/serviço da Companhia. Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos. Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais. Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados. Manter a administração e os órgãos de governança informados sobre o progresso e as decisões tomadas. **Conclusão:** A Lei Complementar nº 214/2025 representa uma mudança estrutural no sistema tributário brasileiro. A Companhia está comprometida em garantir uma transição suave e em mitigar quaisquer impactos adversos, aproveitando as oportunidades que possam surgir com a nova legislação. Quaisquer desenvolvimentos significativos ou estimativas mais precisas dos impactos serão divulgadas em notas explicativas futuras, conforme a evolução da regulamentação e a análise interna da Companhia.

Guilherme Colonna Rosman - Diretor Presidente

Cristiane Covatti - Diretora

Edvaldo Marciano de Oliveira Junior - Contador - CRC – 1SP nº 256.468/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e aos Acionistas **SELENE INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **SELENE INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.**, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SELENE INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao ano anterior:** As demonstrações contábeis da **SELENE INDÚSTRIA TÊXTIL S.A.,** correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 18 de março de 2024, com modificação sobre a falta de revisão das taxas de depreciação e amortização, aplicadas sobre o ativo imobilizado e intangível, respectivamente, os quais não representavam a vida útil destes ativos. Esse assunto foi resolvido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro. Planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de julho de 2025.

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0
Cleverson Lacerda Silva
CTCRC N° 1SP289079/O-0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa A Tribuna Piracicabana em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *http://publicidadelegal.atribunapiracicabana.com.br*